

CONTRADIÇÕES DO PENSAMENTO ABSOLUTO

Luiz Carlos Bresser-Pereira

Folha de S. Paulo, 02.08.1983

Cada dia somos surpreendidos com novas medidas de política econômica todas, desde setembro ou outubro de 1982 inspiradas na ortodoxia absoluta do Fundo Monetário Internacional e, no entanto, contraditoriamente, a situação só se agrava.

As medidas de combate à inflação se sucedem corte das despesas, aumento dos impostos, novo arrocho salarial, redução dos subsídios, correção dos preços relativos através de maxidesvalorização, aumento dos preços do petróleo e do trigo e no entanto a inflação só aumenta. Na verdade seu patamar dobrou de 1982 para 1983. Hoje anualizando-se a inflação dos últimos meses, o patamar de inflação está acima de 200 por cento contra 100 por cento no ano passado.

O mesmo ocorre com a dívida externa. Fazemos acordos danosos para o Brasil com o FMI porque prometemos muito mais do que seria razoável em termos de recessão interna, reduziremos o PIB em 1983 em cerca de 5 por cento, desvalorizamos o cruzeiro, cedemos em tudo e por tudo para evitar a temível moratória, e no entanto a situação externa só se agrava. Os atrasados brasileiros no exterior se acumulam, nossas importações de petróleo estão ameaçadas, ficamos com todos ou quase todos os eventuais prejuízos de uma moratória e sem a grande possível vantagem que é a de recuperarmos a soberania nacional.

Uma terceira contradição está no processo de estatização. Em nome de um liberalismo extremado, que nossos credores tanto prezam e nossos empresários tanto repetem, tomamos medidas e mais medidas para “devolver a verdade ao mercado” e espantar o monstro do Estado, e no entanto, diante dos atrasos crescentes de nossos pagamentos no exterior, não sobra outra alternativa senão centralizar no Banco Central as operações de câmbio.

Finalmente fala-se tanto na correlação absoluta e direta entre livre mercado e liberdade, e no entanto decreta-se autoritariamente a desindexação e expurgo do INPC.

Estas quatro condições estão embutidas na crise em que o país está mergulhado. A inflação cresce porque o FMI subestima os efeitos inflacionários das medidas de “inflação corretiva” e superestima os efeitos antiinflacionários das medidas monetárias e fiscais recessivas. O desequilíbrio externo aprofunda-se não obstante os elevados saldos comerciais, porque nossas autoridades acreditaram na volta rápida do Brasil ao mercado financeiro internacional e por isso solicitaram pouco dinheiro novo a nossos credores no final de 1982. O estatismo avança porque quanto maior a crise, menos o mercado funciona. O autoritarismo renasce no decreto salarial porque o liberalismo dos governantes é apenas formal quando se trata de saber quem deve pagar a conta da inflação: se o capital ou o trabalho.

Mas essas contradições revelam também o perigo do pensamento linear, de causa e efeito, e principalmente do seu irmão gêmeo: o pensamento absoluto. No caso presente esse pensamento linear e absoluto traduz-se na crença no mercado e nas medidas monetaristas ortodoxas, de livro-texto, de combate à inflação.

Em lugar desse tipo de pensamento, que além de absoluto é subserviente às receitas de nossos credores, precisamos de um pensamento que de conta das novas realidades do Brasil subdesenvolvido mas industrializado, capitalista mas estatal e oligopolista. Precisamos de um pensamento que reconheça a dialética e a novidade dos fatos. De um pensamento que seja ao mesmo tempo firme e inovador.

Se tivermos e aplicarmos um pensamento desse tipo poderemos sair da crise por cima. Se continuarmos no rumo que estamos seguindo, acabaremos saindo também da crise, mas por baixo, no caminho do subdesenvolvimento.(02/08)